

ASSISTENCIALISMO E EMPREENDIMENTOS POPULARES DE TRABALHO: RELAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA?¹⁴⁸

*Deise Luiza da Silva Ferraz
Rafael Rodrigo Mueller*

Introdução

A consciência social imediata é composta pelo ideário do trabalho como construtor da dignidade humana; porém, não se trata da discussão da humanização da espécie pelo trabalho, conforme a discussão de cunho ontológico-marxiano, mas sim do esforço individual como definidor do merecimento do *quantum* da parte que cabe a cada um da riqueza social. O trabalho enquanto indicador meritocrático e mediador da dignidade, como aponta Tragtenberg (2010), aparece como alavanca na acumulação do capital.

Um dos determinantes dessa concepção do trabalho foi propiciado pela transformação das ideias religiosas decorrentes da Reforma, como já apontava Weber (2004) e como explica Tragtenberg (2010, p. 34): “O objeto para a busca da salvação individual é a glória de Deus. E os meios não constituem na oração – como na idade média –, mas na ação, na santificação do mundo com o esforço e o trabalho”. Transformação que não ficou restrita aos calvinistas ou aos luteranos, como as práticas de fiéis de outras religiões ocidentais demonstram quando intervêm na realidade de pessoas que, embora integradas no sistema econômico capitalista, não conseguem garantir a reprodução da existência tão somente por meio da venda da força de trabalho. No que se refere à incapacidade da autonomia econômica dessas pessoas, uma análise lógica simples efetuada pela consciência social imediata conclui: aqueles que pouco ou nada possuem formam os grupos que serão socialmente julgados ora como “preguiçosos” ora como “desafortunados” que necessitam de assistência para superar tal condição.

¹⁴⁸ Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa financiado pelo convênio Ipea/Capes Cátedras para o Desenvolvimento, tendo como patrono Maurício Tragtenberg. Uma versão expandida do mesmo será publicada na Revista Gestão e Sociedade.

A assistência se manifesta de distintas maneiras, das quais destacamos os projetos de resgate da cidadania. Projetos em que distintos grupos ofertam cursos de qualificação técnica às crianças, aos jovens e aos demais moradores das periferias urbanas ou providenciam as condições necessárias básicas para que os “trabalhadores-assistidos” desenvolvam atividades de trabalho. Acredita-se que, com a execução desses projetos, as pessoas pauperizadas serão capazes de garantir sua existência de forma autônoma, ou seja, estarão aptas para trabalhar e tornar-se merecedoras de sua cota da riqueza social, enquanto resultado de seus esforços. Essa crença mobilizou dois grupos de pessoas: um no estado do Rio Grande do Sul e outro no estado do Paraná, ambos localizados na região Sul do Brasil. As experiências de intervenção visualizaram a formação de empreendimentos populares de trabalho como forma de possibilitar a autonomia econômica dos beneficiados.

Essas experiências possuem suas especificidades, como veremos no decorrer do texto, mas em comum encontraram como resultado uma situação que, para eles, constitui-se como um paradoxo, qual seja: embora haja um esforço laborativo dos trabalhadores carentes beneficiados, eles não conseguem superar a condição de carentes. O paradoxo é estabelecido entre a crença de que o trabalho possibilita a autonomia econômica e a efetivação do trabalho nos empreendimentos econômicos nas periferias que, a despeito do esforço laboral, não permite suprimir a necessidade das doações aos grupos empreendedores.

As vivências dos envolvidos nas ações intervencionistas são percebidas enquanto um paradoxo por captar a realidade social em sua parcialidade e por vivenciar a ruptura entre as crenças da consciência imediata e a concretude contraditória da vida. Assim, o objetivo deste texto é analisar a situação paradoxal que os envolvidos nas experiências se defrontam, defendendo o argumento de que, sob uma análise acurada, o paradoxo se dissolve revelando que a concomitância entre o esforço laborativo dos considerados carentes e o assistencialismo decorre do movimento de acumulação do capital e de sua manifestação particular na disputa pela aplicação do fundo público em países cujo desenvolvimento econômico passa pela superexploração da força de trabalho.

A explanação inicia-se pela descrição do método de coleta de dados. Na sequência, serão apresentadas as discussões teóricas acerca da pauperidade enquanto elemento constituído e constituinte do processo de valorização do valor. Depois, segue a descrição das experiências de trabalho do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e da Associação de

Catadores de Materiais Recicláveis Mundo Novo (AMN), como também as análises decorrentes da discussão entre dados e teorizações. Por fim, algumas considerações finais.

Método de Coleta dos Dados

As experiências apresentadas neste item provêm de duas pesquisas distintas: uma realizada no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2007 e 2009 no MTD e outra no estado do Paraná na AMN, no ano de 2011. As técnicas de entrevista semiestruturada e a observação participante foram utilizadas para a coleta de dados no MTD. Foram entrevistadas dez pessoas escolhidas por estarem no movimento desde a sua constituição ou por estarem bastante envolvidas nos projetos do movimento atualmente. As entrevistas tiveram uma duração média de três horas.

Os dados na AMN foram coletados entre os meses de junho e novembro de 2011, por meio do método Pesquisa Participante (BRANDÃO, 1981). Para concretização dessa coleta, organizou-se um projeto de extensão nominado Estágio Interdisciplinar de Vivência e Participação (EIVPa). Ao todo, 22 estudantes participaram do EIVPa, sendo realizadas em torno de 25 saídas de campo. A vivência ocorreu em cinco associações diferentes, três delas localizadas na cidade de Curitiba e duas em cidades da região metropolitana. No caso deste estudo, optamos por apresentar apenas uma associação. A escolha da AMN ocorreu por ela depender do assistencialismo da comunidade local (assim como os demais), apesar de ser o empreendimento com a melhor infraestrutura de trabalho entre os grupos pesquisados.

A conclusão da coleta de dados de ambas as pesquisas ocorreu conforme o critério de saturação (PIRES, 2010). Destacamos que não se trata de um estudo comparativo, mas de uma análise multicaso, na qual elementos semelhantes e distintos dos casos permitem compreender o fenômeno estudado: a necessidade de doações a despeito do esforço laborativo do estrato populacional pauperizado. Nesse sentido, ambos os casos que compõem nosso *corpus* empírico completo se constituíram – pelo critério de saturação – como nosso universo de análise, permitindo, assim, a elaboração da generalização analítico-teórica, em suma, trata-se de uma pesquisa com estrutura aberta (PIRES, 2010).

A generalização analítico-teórica impescinde de um *corpus* teórico, o qual está apresentado a seguir.

Reflexões Teóricas: a Explicação do Paradoxo

A classe trabalhadora e o exército de reserva

Marx (1996) observa, ao discutir a lei geral de acumulação de capital, que a classe trabalhadora constitui-se por um exército ativo (EA) e um exército de reserva (ER) ou superpopulação relativa.

O movimento de acumulação está em correspondência com o movimento de centralização do capital e este encontra na concorrência e no crédito sua alavanca. Crédito concedido, muitas vezes, pelo próprio Estado, trata-se da riqueza social atuando como antivalor, como veremos adiante. Não nos cabe adentrar aqui na discussão desses fatores, apenas sumariamente evidenciar que: 1) o crédito, em seus primórdios, auxiliava na acumulação, tornando-se uma “nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais” (MARX, 1996, p. 258); e 2) a centralização do capital é impulsionada pela concorrência entre os capitalistas, e esta é mediada pelo barateamento das mercadorias que, por sua vez, dependem da produtividade do trabalho. Assim, nas palavras de Marx (1996a, p. 259):

[...] a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho.

O ER em Marx é um conceito que expressa a existência de um contingente populacional que constitui a classe trabalhadora e que possui uma determinada funcionalidade no movimento de valorização, mesmo não incorporando, de forma estável e “direta”, trabalho vivo no processo produtivo.

A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à *ociosidade forçada* em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social (MARX, 1996, p. 256-7).

Ferraz (2010, p. 77-78), a partir das considerações de Marx, afirma a funcionalidade atual do ER para o processo de produção, acumulação e centralização do capital:

[...] a superpopulação relativa é, concomitantemente, uma *produção necessária* para o movimento de acumulação, *um mecanismo que alavanca* a valorização do capital e a *própria condição de existência* do modo de produção capitalista. *Produção necessária* porque ao capital é imprescindível à existência do recurso [força de] trabalho em abundância, mercadoria sempre à disposição que permite, via concorrência, a intensificação do aumento da mais-valia absoluta e relativa – *mecanismo que alavanca* –; sem a existência desse contingente de trabalhadores disponíveis, o exército ativo teria a possibilidade concreta de eliminar a expropriação da mercadoria força de trabalho inviabilizando a realização do lucro, reside aí, a manifestação do ER como *condição de existência* do modo de produção capitalista (grifos da autora).

Após verificar as alterações que a acumulação do capital implica no contingente populacional de trabalhadores, Marx (1996a) percebeu que o ER manifestava-se de formas distintas, quais sejam: como superpopulação relativa fluente ou líquida, como superpopulação relativa latente e como superpopulação relativa estagnada.

A superpopulação fluente aparece formada por trabalhadores das indústrias modernas que ora são atraídos, ora repelidos das unidades produtivas, em decorrência dos ciclos econômicos de acumulação do capital, o que vem ocorrendo, hodiernamente, em escala mundial. Por exemplo, se a década de 1990 pode ser caracterizada como a do desemprego no Brasil, que coloca aos sindicalistas indagações como “o que fazer?”, o mesmo não pode ser dito dos últimos anos em que o país tem experimentado o ciclo do crescimento econômico. Por outro lado, países que possuíam condições favoráveis às contratações, como os Estados Unidos da América e os países do oeste europeu, nos últimos anos, vêm amargando altas taxas de desemprego. Apenas para exemplificar, na Espanha, em 2010, a taxa de desemprego alcançava os 20% da população economicamente ativa (CIA World Factbook, 2012). É a fluência do ER, conforme expansão do capital no movimento de acumulação.

A superpopulação relativa latente encontra-se sob as condições precárias de trabalho no campo e, portanto, está em iminência de transferir-se para o proletariado urbano (MARX, 1996, p. 272).

A superpopulação relativa estagnada “constitui parte do EA de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular”, onde o “máximo do tempo de serviço é o mínimo de salário” (MARX, 1996a, p. 272).

Marx aponta que esse grupo é o que aumenta progressivamente, seja pelas alterações qualitativas no capital orgânico que empurram os indivíduos para o ER – industrial, agrário etc. –, seja pelo crescimento vegetativo da população absoluta. Ou seja, a superpopulação estagnada é, concomitantemente, exército ativo e exército de reserva.

Observamos que Marx (1998) identificou que o ER é composto por um grupo cujos indivíduos estão incapacitados para o trabalho. Esses não seriam mais aproveitados segundo as qualidades da força de trabalho demandadas pelo padrão tecnológico hegemônico de produção de mais-valia, ou seja, por não possuírem uma mercadoria que atenda qualitativamente às demandas do capital. A permanência de uns indivíduos e não de outros na superpopulação estagnada tem como um dos fatores tal incapacidade. Como demonstrado, a existência do ER é condição necessária ao movimento de acumulação do capital, e o critério para a seleção dos trabalhadores que nesse grupo permanecem ocorre pela qualidade da mercadoria que os mesmos têm a ofertar no mercado de trabalho em concorrência com outros trabalhadores. Os trabalhadores da AMN são um exemplo de força de trabalho sem a qualidade necessária para a mobilidade ascendente entre os estratos que compõem o ER. Para exemplificar, a maioria dos catadores da associação não possui mais do que quatro anos de estudo.

Parte desse estrato, como ponderaram Oliveira e Marini – discussão que será pormenorizada no próximo item –, acumula-se no ER urbano brasileiro e a impossibilidade de tornar-se EA transforma-o em superpopulação estagnada onde “o máximo de tempo de serviço é o mínimo de salário” (MARX, 1998, p. 272). Desse modo, os trabalhadores do setor da reciclagem da região metropolitana de Curitiba não compõem o EA de trabalhadores, pois não vendem sua força de trabalho a um capitalista; contudo, 23% deles trabalham mais de oito horas diárias e 34% deles trabalham mais de cinco dias por semana, comprovando, portanto, serem força de trabalho em atividade.

Para Marx, assim como a produção do ER é resultado do movimento de acumulação do capital, outro desdobramento atinge a classe trabalhadora, qual seja: a pauperização, que

[...] ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1996a, p. 275).

A pauperização do ER atinge com maior intensidade a superpopulação estagnada e culmina com a constituição de uma superpopulação consolidada. Para Ferraz (2010), as colocações de Marx demonstram que a produção do ER e a produção de sua pauperização são manifestações de um mesmo processo, o movimento de acumulação do capital. Portanto, esses dois momentos de um mesmo fenômeno são produto necessário, alavanca e condição de existência da acumulação do capital. A autora afirma que:

[...] o ER não se manifesta como desnecessário ao movimento de (re)produção do capital [...] concluímos que este contingente populacional manifesta-se como superpopulação *supérflua* em função do trabalho vivo de um número cada vez maior de pessoas ser desnecessário para pôr em movimento determinada massa dos meios de produção segundo as regras de sociabilidades formais – segundo os direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo da história; que o ER manifesta-se como superpopulação *subsidiadora* quando o trabalho vivo efetuado pelos indivíduos segundo as mais diversas formas de sociabilidades informais permite o barateamento da mercadoria força de trabalho, bem como quando o sobretrabalho é repassado indiretamente ao capitalista via cristalização deste, sob a forma de trabalho morto, na mercadoria que será incorporada ao processo produtivo; e, manifesta-se como superpopulação *subsidiada* quando torna-se, por exemplo, cliente dos programas sociais financiados pelas empresas em nome da responsabilidade social, em suma, quando o criador precisa manter sua criatura. Mas, seja enquanto manifestação *supérflua*, *subsidiadora* ou *subsidiada*, este contingente populacional não deixou de ser, fundamentalmente, *produto* do modo de produção capitalista, *alavanca de acumulação* do capital e *condição necessária* à perpetuação do modo antagônico de controle do sociometabolismo da humanidade, ou seja, um grupo populacional que Marx denominou exército (industrial) de reserva (grifos da autora).

Importante lembrar que, enquanto superpopulação subsidiada, esse estrato apenas demonstra como o atual modo de produção exterioriza o que produz, transferindo a responsabilidade do que cria para a própria criatura, ou seja, lança ao EA o custo de subsistência dos trabalhadores da reserva, como a necessária ação assistencial efetuada pelos cidadãos, agora não mais denominados trabalhadores. Trata-se da troca de papéis encobrindo a relação entre EA e ER sob um processo de pauperização.

Posto isso, precisamos destacar o papel desse processo de pauperização enquanto alavanca para a acumulação de capital em países de desenvolvimento tardio, como o Brasil. Para isso, recorreremos a Ruy Mauro Marini e Francisco de Oliveira.

A superexploração dos trabalhadores brasileiros

Marini e Oliveira desenvolvem duas explicações complementares acerca do modo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Marini demonstra que o desenvolvimento dependente é o resultado do próprio movimento global da acumulação do capital e, em função disso, toma formas particulares de manifestação conforme se expandem as esferas da produção e da circulação de mercadorias. Em uma análise bastante acurada da realidade brasileira, o autor salienta que a posição dos países em desenvolvimento na relação com os países de capitalismo avançado permite que: 1) as técnicas que oportunizam o aumento da produtividade do trabalho sejam implantadas nos primeiros a despeito da efetivação ou não da taxa decrescente de lucro, resultando em acréscimo na apropriação da mais-valia relativa e 2) o desenvolvimento das forças produtivas nos países desenvolvidos torne determinadas mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho, portanto, compondo o valor da mesma. Contudo, nos países em desenvolvimento, as mesmas mercadorias circulam na esfera do consumo suntuoso, não atingindo a classe trabalhadora mais empobrecida e, portanto, fixando o valor da força de trabalho abaixo do seu valor real. Assim, embora no momento histórico tal necessidade esteja desenvolvida, elas não constituem o valor da força de trabalho, fazendo com que sua remuneração esteja aquém do valor real da mercadoria e elevando a produção de mais-valia absoluta. Posto isso, Marini afirma que o desenvolvimento do modo de sociabilidade capitalista, no Brasil, ocorre por meio do que ele chama de superexploração do trabalho.

Em resumo, o autor defende que o grau de exploração do trabalho não deve ser considerado apenas segundo as condições regionais, mas sim em parâmetros mundiais, pois é dessa forma que ocorre a acumulação do capital. Nesse sentido, a superexploração é para Marini o resultado da relação entre o aumento da produtividade do trabalho social e a remuneração da força de trabalho abaixo “de seu valor real” nos países onde essa produtividade é implantada e não desenvolvida (MARINI, 2000, p. 160).

Sob o ponto de vista do capital privado, é possível compreender o mecanismo da superexploração do trabalho. Resta agora observar como a esfera pública se relaciona com a superexploração. Para tanto, recorreremos a Oliveira (1998), que explica que o movimento de acumulação de capital, após a década de 1930, carece de um elemento estrutural que não se comporta como capital: trata-se do fundo público, que opera enquanto produtor de antivalores e antimercomodias. Para o autor, o fundo público é um valor monetário que, incorporado no processo de valorização dos capitais privados, não se valoriza, mas alavanca a valorização dos mesmos. O acesso ao fundo público possibilita, portanto, que capitais particulares tenham taxas de lucros particulares em relação ao setor de atuação, efetivando-se uma concorrência desleal e, por consequência, impulsionando o movimento de centralização do capital e, como já vimos, o processo de pauperização da classe trabalhadora. Todavia, sem esse fundo, Oliveira (1998) menciona que o capital não teria potência para sua própria valorização, sobretudo em setores de tecnologias avançadas.

O fundo público também possibilita a desmercantilização de parte da força de trabalho. Essa desmercantilização ocorre pelo fornecimento dos serviços sociais pelo Estado. Saúde, educação, tarifas de transporte coletivo etc., nos países da OCDE, deixaram de ser parâmetros para a constituição do valor da força de trabalho, tendo em consideração que o acesso a esses bens ocorria por meio da aplicação do fundo público, o que não é sinônimo de eliminá-los da cesta de produtos necessários à reprodução da força de trabalho. Assim, o investimento do fundo para o desenvolvimento das forças produtivas (antivalor), sobretudo para o aumento da produtividade do trabalho, possibilitou que o *mix* de bens, o qual compõe as mercadorias necessárias para a reprodução da força de trabalho, naqueles países, fosse constituído por bens suntuosos que se converteram em bens populares e por bens básicos que circulavam na esfera dos investimentos do fundo público em gastos sociais. Nesse ínterim, o valor da força de trabalho era assim elevado ao mesmo tempo em que era subsidiado.

Tem-se o fundo público operando de forma estrutural no movimento de produção e acumulação de capital. Por um lado, de forma direta e particular, alterando taxas de lucro; por outro, de modo ampliado, aumenta a taxa de mais-valia, ao reduzir o valor da força de trabalho.

Ao relacionar as colocações de Marini com as de Oliveira, temos que, nos países em desenvolvimento, o valor da força de trabalho não compreende os bens que compõem a cesta de mercadorias necessárias para a satis-

fação das necessidades históricas dos trabalhadores que as forças produtivas sociais já são capazes de satisfazer. Se nos países desenvolvidos, sobretudo os que viveram o Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*), o valor da força de trabalho é reduzido pelo processo de desmercantilização (subsídio) operado pelo fundo público sem o prejuízo do consumo, nos países em desenvolvimento, a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor em função de um desequilíbrio na função desse elemento estrutural.

Considerando apenas o período histórico pós-Constituinte de 1988, observamos o fundo público operando enquanto antivalor, a despeito de ter sido aquela um marco simbólico importante para a universalização de alguns direitos, como, por exemplo, o acesso gratuito a educação e saúde.

A ação do fundo público enquanto alavanca de acumulação do capital pode ser observada nas inúmeras políticas de crédito levadas a efeito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS) nas privatizações e nas isenções fiscais decorrentes das disputas estaduais por plantas produtivas de capital estrangeiro, sem mencionar a liberdade de movimentação do capital financeiro e os resgates de dívidas de empresas que decretaram falência. Por sua vez, é factível que as antimercadorias, que deveriam ter-se constituído por meio do fundo público, não possuem a extensão necessária para suprir as demandas dos trabalhadores. Educação e saúde, por exemplo, compõem um campo para o setor privado que, subsidiado pelo fundo público, fez da suposta antimercadoria uma mercadoria que compõe a cesta básica dos trabalhadores mais especializados do EA.

O argumento, sendo posto dessa forma, tende a demonstrar que a força de trabalho no Brasil deveria ser superior à dos países desenvolvidos por não ser subsidiada. Todavia, resta lembrar dois mecanismos que possibilitam a baixa remuneração: a existência da superpopulação relativa consolidada e o setor de crédito.

O fato de um grande estrato da população fazer parte da superpopulação estagnada, à qual tanto a educação básica quanto a saúde encontram-se à disposição, permite a oferta de alguns componentes das cestas das mercadorias do trabalhador do EA a um custo baixo, como é o caso dos serviços de limpeza, manutenção, cuidado das crianças etc. A transferência dessas atividades a um terceiro permite a expansão da jornada de trabalho e, por consequência, o aumento da mais-valia absoluta (além de diminuir a pressão sobre os governantes no que se refere à qualidade e universalidade daqueles serviços).

Os trabalhadores do EA que estão alocados nos setores dinâmicos da economia ou em suas franjas possuem à sua disposição o crédito. Assim, a circulação das mercadorias que compõem a cesta é alavancada seja por meio do fundo público (financiamentos para compra de imóveis ou veículos), seja pela iniciativa privada financeira que encontra no Brasil as mais altas taxas de juros para especulação, inclusive na venda de alimentos a prazo. A dependência do crédito impõe a esses trabalhadores a intensificação da produtividade e, como consequência, o aumento da taxa de mais-valia.

Sem explorar de forma mais sistemática, podemos considerar que, no Brasil, o fundo público opera como antivisor e, no que concerne à criação de antimercomodias, sua produção restringe-se ao atendimento das populações mais pauperizadas, sendo que essas fornecem o barateamento da força de trabalho do exército ativo, demonstrando a permanência da superexploração em ambos os casos. No primeiro, de forma indireta, pois se trata do trabalho vivo de um estrato populacional agindo na valorização do valor por meio do barateamento da força de trabalho (seja enquanto oferta em abundância, seja por meio da prestação de serviços a custos reduzidos, seja recolhendo materiais reciclados pelas ruas das cidades); no segundo caso, de forma direta, pois se trata da remuneração abaixo do valor. Conforme já destacava Marini:

É por essa razão que a chamada marginalidade social não pode ser tratada independentemente no modo como se entrelaçam nas economias dependentes o aumento da produtividade do trabalho, que se deriva da importação de tecnologias, com a maior exploração do trabalhador, que esse aumento da produtividade torna possível (2000, p. 160-164).

Alertados por Marini, seguimos descrevendo e refletindo acerca das experiências de trabalho da “marginalidade”, destacando o quanto ela é necessária ao modo antagônico de controle do metabolismo social e o quanto as tentativas de alterar as condições concretas de reprodução da vida passam pela necessária regulamentação democrática do uso do fundo público. E, nesse sentido, apresentaremos os dois casos, destacando deles o que os diferencia, de modo que o *corpus* empírico constitua-se enquanto universo de análise.

Os Empreendimentos Populares de Trabalho

A experiência no Rio Grande do Sul: da caridade à luta pelo fundo público

No MTD reúnem-se os trabalhadores que perderam seus empregos em função da intensificação da reestruturação produtiva. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1992, a taxa de desemprego aberto alcançava 5,52 pontos percentuais na região e era a época em que nasce o MTD. Ao longo daquela década, o governo estadual destinou o fundo público ao setor privado visando ao aumento da industrialização regional e à geração de empregos. No entanto, apesar da instalação de várias plantas produtivas na região, no ano de 2000, a taxa de desemprego aberto era de 7,2, corroborando as colocações de Marx de que o desenvolvimento das forças produtivas demanda cada vez menos trabalhadores. O depoimento do representante sindical relata em palavras o dilema que os números nem sempre revelam: “Aí o desemprego bateu. E era todo dia gente chegando aqui [na sede do sindicato] querendo saber o que fazer. E agora? [...] E hoje? Hoje, aquele cara que foi meu colega, [...], é um desempregado”.

Os moradores desempregados das periferias receberam apoio dos fiéis da Igreja católica que haviam mudado o foco de atuação: de formadores políticos para ações assistenciais caritativas, sobretudo a doação de alimentos.

O longo tempo decorrido da perda do emprego somado às poucas condições de infraestrutura dos locais de moradia, a crescente violência e a problematização quanto à doação de alimentos potencializaram a organização dos trabalhadores em grupos, os quais iniciaram uma série de reivindicações junto ao poder público local visando à efetivação de políticas sociais. Depois de dois anos de manifestações nas ruas e de ocupação de prédios públicos, aprovou-se a lei dos Coletivos de Trabalho em 2001. A lei permitiu que os integrantes da superpopulação consolidada projetassem o fim da dependência das doações, visto a possibilidade de eles trabalharem e qualificarem-se.

Se, por um lado, o fundo público destinado à execução da lei possibilitaria acionar o papel de produtor de antimercomodias de uma porção da riqueza social apropriada pelo Estado, por outro, o baixo valor da remuneração recebida pelos trabalhadores em troca da prestação de serviços

demonstra a superexploração da força de trabalho no país efetuada via precarização das relações de trabalho, inclusive na esfera pública.

A aplicação da lei se dá, inicialmente, na forma de Frentes Emergenciais de Trabalho (FET). A primeira edição das FETs contratou cerca de 500 integrantes do MTD, pelo período de seis meses, para, durante a jornada de oito horas, varrer ruas, limpar arroios, pintar bancos de praças etc. Em troca, recebiam uma bolsa auxílio no valor de um salário mínimo (o equivalente a 115,14 dólares americanos por mês).

Em função de atividades laborais desenvolvidas no projeto não apontarem para a possibilidade de condições estáveis de trabalho, o retorno à dependência dos donativos era a possibilidade vislumbrada no horizonte próximo. Essa perspectiva impulsionou os integrantes do MTD a reivindicarem uma nova forma de geração de trabalho e renda e, assim, propuseram os Coletivos de Trabalho. Após várias manifestações públicas, acordou-se a liberação de verbas do fundo público para a constituição de grupos de trabalho que produziram artesanato, costura e reparo de roupas, panificação e produção de materiais de limpeza.

O suporte à geração de trabalho e renda dos grupos de trabalho previa a destinação de uma bolsa auxílio, cesta básica e cursos de capacitação. Por tratar-se de empreendimentos de produção, o acompanhamento técnico ocorria ao longo dos doze meses da concessão das bolsas. Os grupos possuíam entre seis e doze pessoas que optaram pela autogestão, ou seja, pela tomada de decisões coletivas, pela posse coletiva dos meios de produção e pela distribuição equânime do resultado financeiro auferido com a atividade. Cada grupo tem sua história específica, porém, certas dificuldades e os desfechos foram comuns a todos.

Como dificuldades, podemos citar: os grupos não possuíam os meios de produção necessários (em condições e quantidades suficientes) às atividades produtivas. Faltavam-lhes máquinas de costuras, fornos, misturadores de produtos químicos etc. Ademais, os grupos não possuíam um espaço próprio para realização da produção, trabalhando em suas residências. Em geral, os associados dos empreendimentos concordaram que a matéria-prima seria comprada com o dinheiro da bolsa auxílio e acreditavam que, quando essa terminasse, o resultado do empreendimento deveria ser suficientemente positivo para investir no negócio e remunerar o trabalho. É relevante destacar que as bolsas atuavam como capital de giro, por decisão coletiva e, unicamente, pelo fato de que todos os trabalhadores eram beneficiários dos programas de assistência social do governo federal, como o

Fome Zero. Doze meses não foram suficientes para desenvolver a autonomia dos grupos de trabalho, pois um fato se impõe: não é suficiente produzir valores (de uso e de troca), é preciso realizá-los, e isso ocorre na esfera da circulação. O grau de produtividade dos grupos não era suficiente para a competição com as empresas privadas. Eles não conseguiam operar dentro do tempo médio de trabalho socialmente necessário para a produção de suas mercadorias conforme os preços efetuados no mercado. Em suma, os empreendimentos populares não estão a salvo da lei da concorrência.

Dois fatores são determinantes da condição de não concorrência na qual se encontravam os empreendimentos populares: 1) os meios de produção utilizados eram defasados em relação à moderna indústria pós-reatruturação produtiva e 2) a qualidade da força de trabalho que possuíam os envolvidos com os empreendimentos permitia apenas que os mesmos atuassem na produção de mercadorias e serviços com baixo valor agregado. Assim, enquanto a compra da matéria-prima e a remuneração da força de trabalho eram subsidiadas pelo fundo público, seja por meio da efetivação da Lei Coletivos de Trabalho, seja pelo Programa Fome Zero, os empreendimentos conseguiam manter suas atividades. Isso porque a mercadoria produzida e vendida carregava, cristalizada em seu valor de troca, parte do valor da força de trabalho e do valor das matérias-primas que não refletiam no preço do produto por serem subsidiados. Sendo assim, tem-se a política pública funcionando concomitantemente como produtora de antivalor e de antimercadoria.

Observamos, portanto, que a despeito da superpopulação consolidada trabalhar, suas atividades somente se sustentam quando subsidiadas pelo fundo público e/ou pelos programas de caridade e de responsabilidade social corporativa. Nesse último, lembramos que, em geral, os custos com tais programas ou são abatidos no imposto de renda, diminuindo o montante do fundo público, ou são transferidos para o preço da mercadoria vendida. De uma forma ou de outra, é a totalidade da população que assume os desdobramentos das decisões privadas dos empresários. Pela diminuição do fundo público, todos os cidadãos são diretamente atingidos pelo decréscimo da riqueza social brasileira que, em princípio, tem suas destinações controladas por todos os cidadãos. O repasse dos custos ao preço do produto, por sua vez, é feito pela transferência direta daquelas atividades para o consumidor. O custo da manutenção da vida dos trabalhadores pauperizados da superpopulação consolidada, que lá estão em função do movimento de valorização do valor, é repassado para o próprio trabalhador.

Em resumo, consideramos que o caso estudado revela que a busca pela autonomia econômica, por meio do trabalho, dos membros da superpopulação estagnada passa pela luta coletiva para superar a necessidade de doações provenientes da sociedade civil, ainda que essa luta desenvolva a dependência do subsídio efetuado pelo fundo público.



Figura 1 – Da Assistência Civil à Assistência do Estado

Fonte: Elaborada pelos autores.

A figura acima demonstra que os trabalhadores organizados no MTD, assim como os demais trabalhadores brasileiros que possuem baixa renda, são beneficiários dos programas governamentais, à guisa de exemplo temos o Bolsa Família. Todavia, esses trabalhadores organizam-se justamente para alterar a realidade posta e construir formas de sociabilidade em que não haja a necessidade da dependência das verbas estatais e das doações civis, ou seja, vislumbrar, por meio do trabalho, a autonomia econômica. No horizonte dos projetos do MTD está a criação de uma sociedade igualitária. Na prática, para a criação dessa sociedade, há a necessidade de depender daquilo que negam.

No que tange à experiência no Paraná, essa não visa à construção de uma sociedade mais igualitária. Os envolvidos buscam alterar as condições concretas de reprodução da vida de suas famílias, vendo, portanto, os empreendimentos enquanto um fim imediato e não como potencialidade de transformações sociais significativas. Passaremos a expor a realidade desses trabalhadores argumentando que independente do desejo da superpopulação estagnada de construir um “outro mundo” ou de apenas sobreviver de forma mais autônoma nesse, o processo de pauperização ao qual estão submetidos em países como o Brasil obstaculiza ambos os propósitos.

A experiência no Paraná: a permanência dos donativos em face da ausência do fundo público

A AMN é um grupo de trabalho formado por catadores de materiais recicláveis. Sua história inicia-se no ano de 2001 e, segundo os relatos dos associados, até aquele ano, eles trabalhavam de forma individual e, mensalmente, participavam de uma reunião na paróquia local, onde um grupo de fiéis católicos distribuía cestas básicas. A motivação para a participação no evento, portanto, vinculava-se à satisfação das necessidades corpóreas. Nas reuniões ocorridas naquele ano, os fiéis problematizaram os limites de suas ações e concluíram que o projeto de doação de alimentos, que existia há quase uma década, não resultara em alterações significativas na vida dos beneficiados. Decorreu dessa conclusão a discussão sobre outras ações que pudessem efetivar uma melhoria concreta na vida da comunidade local. A demanda dos trabalhadores agraciados com as cestas básicas foi por apoio financeiro para o desenvolvimento de grupos de trabalho, surgindo, assim, a Associação de Catadores Mundo Novo (AMN), coletivo de trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

Aí umas conversa que eles tiveram, eles acharam como fazer pra pessoa não só ganhar a cesta básica, mas também trabalhar né? E foi descoberta a maior parte daqui era catador, daí alugaram uma casa, compraram os carrinhos e a gente começou a trabalhar (Relato de uma associada da AMN).

A associação está localizada em bairro periférico da cidade de Curitiba e sua sede ocupa um terreno da prefeitura, sob o contrato de comodato. Essa é uma conquista recente, pois no início o grupo ocupava uma casa atrás da igreja. O grupo de fiéis pagava o aluguel do imóvel, as contas de energia elétrica, abastecimento de água e telefone da associação. Com a concessão do espaço pelo poder local, o grupo seguiu responsável pelo pagamento dos demais custos. Assim, no lugar de doações de cestas básicas, agora o grupo da igreja doa parte dos meios de produção necessários para a realização do trabalho.

A AMN construiu, recentemente, um prédio em alvenaria no qual ficam a cozinha, os banheiros e uma sala para reuniões. A verba utilizada para tal construção fora adquirida via apresentação de projeto ao edital de uma empresa pública, projeto que foi construído com o apoio de profissio-

nais ligados a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. No terreno, há ainda um galpão coberto para armazenar o produto final (fardos) e alocar as duas prensas e a balança da associação, todas adquiridas por meio de doações. Em outro espaço do terreno, estão as baias de separação individual. Cada associado possui um espaço coberto onde deposita o material coletado e realiza a separação dos mesmos. No início das atividades, os carrinhos utilizados na coleta do material reciclável não eram dos catadores, salvo exceções. Os trabalhadores alugavam o veículo de atravessadores, que, no final do dia, compravam o material coletado, estabelecendo uma grande assimetria de poder entre eles, o que era determinante no estabelecimento do preço a ser pago pela mercadoria. Em face dessa realidade, o grupo de fiéis apoiadores providenciou a aquisição desse meio de trabalho, que passou a ser de posse coletiva do grupo.

O trabalho efetuado por esse coletivo resume-se à coleta de materiais nas residências ou pequenos comércios, separação dos mesmos, conforme categorias dos materiais, prensagem para a formação dos fardos, pesagem e venda. O valor auferido com a venda do produto permite que os catadores tenham uma renda mensal que varia entre 350 e 500 dólares americanos. Segundo uma das associadas, a continuidade das atividades coletivas é possível em função de o resultado financeiro das atividades ser destinado, em sua integralidade, para a remuneração dos associados. Caso tivessem de arcar com os custos mensais de água, luz e telefone, eles teriam a renda comprometida. Os catadores parecem compreender a importância das doações, contudo não problematizam a dependência que possuem em relação aos indivíduos particulares que agem por fé e não por serem responsáveis pela erradicação das condições de miserabilidade dos trabalhadores da periferia, como são os indivíduos que assumem os governos em suas distintas instâncias.

Uma forma de aumentar a renda dos trabalhadores está sendo construída com a criação de uma cooperativa de comercialização. Essa cooperativa reúne outras quatro associações e tem como objetivo aumentar a quantidade produzida de fardos de materiais recicláveis. Com isso, vender-se-á direto às indústrias de transformação, eliminando a negociação com os atravessadores e duplicando a renda atual.

Os empreendimentos que constituem a cooperativa, excluindo a AMN, não possuem apoiadores financeiros e, para melhorar as condições de infraestrutura atuais, necessitam reivindicar aos poderes locais a destinação do fundo público para o atendimento de suas demandas. Esses

trabalhadores, assim como os membros do MTD, fazem ações públicas para chamar a atenção da sociedade para a situação em que se encontram. Para exemplificar, um dos grupos de catadores da região metropolitana de Curitiba é responsável pela separação de 92% de todo o material reciclável produzido e recolhido na cidade. Esse grupo conta com apenas três mesas de triagem, uma balança e uma prensa. O local de trabalho desses catadores não possui nenhum espaço para a realização de refeições e o banheiro é precário. A renda auferida com o trabalho varia entre meio e um salário mínimo, pois como a coleta seletiva na cidade não foi precedida de uma campanha de conscientização, os trabalhadores passam uma boa parte do dia descartando o material orgânico que vem misturado com o reciclável.

Esse grupo, nos últimos meses, realizou várias ações públicas visando reivindicar da prefeitura um maior apoio. Todos os grupos, exceto os trabalhadores da AMN, apoiaram as ações. O não apoio, bem como a pequena proatividade dos associados da AMN, no que se refere às reivindicações de seus direitos ao poder local, corroboram a afirmação de uma entrevistada:

Eles (AMN) têm os vícios dos igrejeiros, vício que vem da origem. Os grupos que conseguem se organizar sozinhos e se desvincular do apadrinhamento das igrejas, aprendem a lutar pelo que precisam. Batem na porta da prefeitura, reivindicam pela casa, pela creche, pelo saneamento pra terminar com as enchentes. Agora, tem grupos que, se conseguem tudo de doações, acaba acomodado (Técnica de uma organização da sociedade civil).

Em resumo, consideramos que o caso revela que a busca pela autonomia econômica, por meio do trabalho, quando não alavanca as reivindicações pela aplicação do fundo público, reforça a dependência em relação à sociedade civil, dependência que desonera os responsáveis por elaborar políticas públicas consistentes para a minimização do processo de pauperização e libera o fundo público para a aplicação em interesses privados de valorização do valor, intensificando o processo de pauperização da classe trabalhadora.

Considerações Finais

O objetivo central deste texto foi problematizar a aparência de um fenômeno, buscando, por meio da concretude da vida e das discussões abstratas já desenvolvidas acerca do tema, alcançar a essencialidade do mesmo.

Alcançar a essência de um fenômeno reside na busca por compreendê-lo em seu movimento de totalização, enquanto concreto resultante de múltiplas determinações. O fenômeno em estudo, na aparência de sua manifestação, apresenta-se como um paradoxo: o esforço laborativo não garante a autonomia econômica, ainda que seja em função desta que se trabalha. Os apoiadores, pertencentes ou não a grupos religiosos, acreditam que os integrantes da superpopulação consolidada possam conseguir a autonomia econômica via organização de grupos de trabalho. O trabalho manifesta-se como o meio para a superação da condição de assistido, contudo tal autonomia não tem sido alcançada. Os trabalhadores encontram inúmeras dificuldades para auferir uma renda que seja suficiente para retirá-los da condição de trabalhadores pauperizados apenas com o trabalho. Há, via de regra, uma pequena melhora na renda durante o tempo em que a atividade produtiva e o financiamento proveniente do fundo público ou de instituições da sociedade civil ocorrem concomitantemente. A própria atividade laboral, em si, torna-se viável apenas em função do aporte financeiro (em máquinas ou bolsas) externo.

O processo de produção do ER e seu processo de pauperização são, a partir de uma visão histórico-materialista do modo de produção capitalista, elementos necessários e constituintes de um mesmo movimento, o de valorização do valor, concomitante e diretamente relacionado ao de “desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico” no mundo contemporâneo. Quando a atenção se desloca dos indicadores nacionais e pousa sobre a concretude da vida, percebe-se de forma contundente o ciclo de empobrecimento que a valorização do valor impõe ao trabalhador livre.

Uma das constatações observadas é que as experiências de trabalho podem assegurar ao ER a produção de sua existência e conter o processo de pauperização até determinados limites, pois a lógica da precarização é necessária e inerente à acumulação do capital. Embora a superexploração da força de trabalho esteja relacionada aos países subdesenvolvidos, a pauperização da classe trabalhadora não é limitada por fronteiras, como se pode constatar atualmente nos EUA, Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda, países considerados centrais em termos de desenvolvimento capitalista. Ressalta-se que, nesses países, um dos mecanismos acionados para a intensificação da exploração é a redução da superpopulação relativa através de medidas xenofóbicas. Em geral, a camada mais empobrecida das populações dos países desenvolvidos é constituída por imigrantes (fugitivos da pobreza em seus países de origem), que, em épocas de crescimento econômico, num

duplo movimento, pressionam a redução do valor da força de trabalho e alavancam a valorização do valor. Em épocas de crise, sua redução se faz necessária para amenizar a concorrência entre os “verdadeiros cidadãos”, possibilitando que esses ocupem postos de trabalhos por eles antes rechaçados. Nos países em desenvolvimento, tal camada é constituída por cidadãos. Na impossibilidade de “enviá-los de volta”, a medida recorrente é tratá-los como caso de polícia, eis o movimento de criminalização dos pobres já conhecido desde o século XV.

O problema da imigração se constitui paralelamente ao crescimento econômico, como pode ser acompanhado no Brasil, que se tem tornado destino de trabalhadores pobres de países como Colômbia, Bolívia, Paraguai e Haiti. Tal debate torna-se pauta das agendas de pesquisa dos estudiosos brasileiros preocupados com o processo de pauperização e as respectivas medidas de contenção adotadas por cada país.

Em suma, mediante o contexto econômico e político contemporâneo aliado à análise empírica desenvolvida, pôde-se constatar que há uma relação entre a funcionalidade do exército de reserva, em termos de produção, acumulação e centralização do capital, principalmente no que se refere à sua interferência sobre o preço de venda da força de trabalho (salários), e o processo de desenvolvimento de tensionamentos sobre o suposto paradoxo.

A negação da permanência da reprodução da vida por meio das atividades caritativas impulsiona a busca pela aplicação do fundo público por intermédio de políticas públicas de geração de trabalho e renda. Em geral, como mencionado, há uma pequena melhora na renda e, em casos raros, há o desenvolvimento da autonomia econômica dos trabalhadores, quando estes recebem o aporte econômico que os coloquem no mesmo grau de capacidade competitiva das empresas privadas operadoras no setor a ser explorado. Destacamos ainda que, quando os grupos de trabalhadores pauperizados tornam-se “gestores de negócios”, entram no movimento de competição com outros capitalistas, mas não superam o movimento que um dia os tornou superpopulação consolidada, superam apenas suas condições particulares de pobreza. Assim, o que aparece como ponto central para a erradicação da pobreza é a superação do processo de pauperização e, para isso, a superação do próprio movimento que o constitui. Portanto, uma discussão que ainda não está posta de forma consciente para todos os envolvidos com as experiências de trabalho na periferia, tendo em vista a compreensão da necessária concomitância do labor e das doações enquanto um paradoxo e não enquanto necessária para a manutenção da valorização do valor.

Referências Bibliográficas

- BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- CEPAL. **Mujeres emprendedoras en América Latina y el Caribe: realidades, obstáculos y desafíos**. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/4/38314/P38314.xml&xsl=/mujer/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>>. Acesso em: 1º jun. 2012.
- CIA. **The world factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications//the-world-factbook/geos/sp.html>>. Acesso em: 1º jun. 2012.
- FERRAZ, D. L. S. **Desemprego, ER, mercado formal-informal: rediscutindo categoria**. Tese (doutorado pela UFRGS), 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/22741>>.
- MARINI, R. M. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.
- MUELLER, R. R.; FERRAZ, D. L. S. Crescimento econômico, progresso técnico e desigualdade social sob a perspectiva de Marini e Oliveira. In: NEVES, L. S. (Org.). **Desenvolvimento e dependência: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marin**. Curitiba: CRV, 2012.
- _____. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PIRES, A. P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J. (Org.). **A pesquisa qualitativa**. São Paulo: Vozes, 2010. p. 154-211.
- WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- TRAGTENBERG, M. **O capitalismo no século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

